



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 267 - DE 01 A 15 DE SETEMBRO DE 2003 - R\$ 1,50

**A reforma da Previdência é parte de um conjunto de medidas de ataque à vida das massas em benefício dos capitalistas. A luta contra as reformas neoliberais tem de ser travada com a luta nacional de massa, que junte o movimento operário, camponês, popular e estudantil e imponha aos capitalistas e ao governo as reivindicações das massas. A divisão imposta pelas direções comprometidas com a governabilidade leva à derrota. A saída não é a pressão parlamentar, e sim que as massas tomem a resolução de seus problemas em suas próprias mãos. Pôr em pé a luta antiimperialista e anticapitalista.**

## **Abaixo as reformas Sindical e Trabalhista!**



## **Volks: Autovisão é Demissão! Nada de negociar sua implantação!**

**Não é possível  
uma nova educação  
no seio do capitalismo  
decadente**



**Aniversário  
da morte de  
Leon Trotsky.  
Nossa  
homenagem.**

## Quinzena de Lutas

### **Câmara aprova reforma da Previdência em segundo turno**

O governo conseguiu mais uma vitória e aprovou dia 28/08, no plenário da Câmara, por 357 votos a favor, 123 contra e 6 abstenções, o texto-base da reforma da Previdência em segundo turno, contando inclusive com o apoio do PSDB, PFL, PDT e Prona encaminharam o voto contra a reforma.

O PT utilizou os mesmos métodos que condenava no governo FHC, dos 15 destaques que pretendiam modificar o texto, seis não foram admitidos pela Mesa e os outros nove foram rejeitados em grupo pelos deputados.

O PSDB dizia que, sem um acordo sobre mudanças na reforma tributária, o partido poderia obstruir a votação da reforma da Previdência como havia feito anteriormente. A mudança de comportamento do partido se deu em função da disposição do governo de negociar alterações na reforma tributária antes da votação em plenário. Para isso, foi criada uma comissão formada por deputados e os governadores que representam as cinco regiões para preparar uma emenda.

A votação em segundo turno praticamente repetiu o resultado do primeiro turno, quando a reforma recebeu 358 votos favoráveis, 126 contra e 9 abstenções, incluindo oito parlamentares do PT. Seis petistas mantiveram a posição da primeira votação e se abstiveram, mostrando uma falsa oposição ao projeto. Já a deputada Maninha (PT-DF) não participou da votação, enquanto Walter Pinheiro (PT-BA) votou capitulando à direção partidária.

### **Termina greve dos Servidores do INSS do Rio**

No dia 22 de agosto, chegou ao fim a greve dos servidores, parados desde o dia 2 de junho. Os funcionários públicos fecharam acordo com o Ministério da Previdência, aceitando o parcelamento do reajuste de 47,11% referente ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS).

A proposta aceita pela direção do movimento prevê o pagamento em quatro vezes, a primeira em dezembro de

2003. As demais serão pagas em setembro de 2004, maio e dezembro de 2005. Uma migalha, repartida em mais de dois anos, jogada para que engulam a reforma da previdência.

### **Greve dos servidores da saúde em SP**

Os servidores da saúde do estado de São Paulo decidiram entrar em greve segunda-feira, dia 24/08.

Os servidores querem reajuste salarial de 22% e aumento do valor do tíquete refeição de R\$ 4 para R\$ 6. A direção, seguindo a linha reformista, manterá os serviços de emergência nos hospitais públicos do estado prejudicando a unidade do movimento.

### **Bancários páram atividades e protestam por reajuste no Centro Velho de SP**

No dia 28/08, Dia dos Bancários, os funcionários de agências do Centro Velho de São Paulo comemoram a data com um bolo de cinco metros, na Praça do Patriarca. Eles aproveitaram para reivindicar aumento de salários. Muitos paralisaram as atividades, segundo o sindicato.

A atividade foi convocada em protesto contra a proposta de 9% de reajuste apresentada pela Federação Nacional dos Bancos. Segundo o sindicato da categoria, o índice não corresponde nem à metade da inflação medida pelo INPC, que projeta 18,08% para o período de setembro de 2002 a agosto de 2003.

### **CUT chega aos 20 anos totalmente compromissada com a colaboração de classes**

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) chega aos 20 anos em um dilema, sua direção é majoritariamente constituída pelo reformismo petista e pelo estalinismo (PCdoB), apoiou a eleição de Lula, mas sofre uma pressão na base, principalmente do funcionalismo público, contra as reformas pró-imperialistas que esse governo vem implementando. Isso faz um setor mais à esquerda do re-

formismo a ficar numa sinuca de bico.

O pronunciamento do secretário-geral da CUT e secretário sindical do PT, João Felício, mostra bem isso, Segundo ele: "A CUT não é correia de transmissão nem do PT, nem do PC do B e nem do governo. Fazemos parte do mesmo barco, mas somos de origens diferentes. Cerca de 40% dos deputados estaduais e federais do PT, além de muitos membros do primeiro escalão saíram da CUT. Nos sentimos responsáveis pelo governo, mas não somos governo".

Ao mesmo tempo existe a necessidade do PT intervir na CUT para que ela não se coloque contra as reformas. Prova disso é a eleição de Luiz Marinho (ex-funcionário da Volkswagen e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) em substituição a João Felício (dirigente sindical ligado aos servidores públicos). Luiz Marinho já está totalmente integrado à política petista de ser um canal para a conciliação de classes. Sua experiência com os Acordos Malditos da Volks Ihes dá a credibilidade necessária que o PT quer para acabar de vez com qualquer resistência classista que possa correr.

### **Estudo do Governo mostra o que já sabíamos: desemprego é difícil de reverter**

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, mostra que será muito mais difícil para o governo reverter o quadro de desemprego. A pesquisa aponta uma mudança estrutural no mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 90, que vem impedindo a queda da taxa de desemprego mesmo em períodos de crescimento da economia. Nesse quadro, as milhares de demissões anunciadas na indústria automobilística são apenas um detalhe no desemprego que se alastra por todo o setor produtivo.

No início dos anos 90, a pressão por procura de emprego era muito maior, enquanto a taxa de desemprego era mais baixa. Ano a ano, houve um processo contínuo de redução das pessoas que saíam à procura de em-

prego, enquanto a taxa de desemprego ia aumentando.

A massa de desempregados que deixaram de procurar emprego é tão elevada que, a qualquer melhora dos indicadores macroeconômicos, volta a crescer a quantidade de candidatos a emprego, o que mantém alta a taxa final de desemprego. Isto mostra o acerto de nossa tese de que o capitalismo está em sua fase de decadência, ele é incapaz de manter minimamente a vida dos explorados. É necessário acabar com ele definitivamente se quisermos viver dignamente. Caso contrário, cada vez mais nos veremos submersos em sua barbárie.

### **Sonho de consumo da pequena burguesia é pagar contas em dia, mostra pesquisa**

A compra de um imóvel ou mesmo de um carro já não figura entre os sonhos de consumo da pequena-burguesia. A prioridade agora é poder pagar as contas e obter uma estabilidade econômica a curto prazo. Foi o que constatou uma pesquisa que acaba de ser realizada pela empresa de consultoria Agência de Marketing em quatro grandes capitais brasileiras. A pesquisa foi feita com 1.300 pessoas da classe média em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Isto demonstra que até mesmo setores da pe-

quena-burguesia estão sendo levados à ruína pela crise capitalista e que existe a necessidade de uma aliança desses setores com o proletariado e os demais setores arruinados para nos libertar deste sistema opressor. Fica assim clara mais uma vez a necessidade da construção da Frente Única Antiimperialista, uma frente de luta dos setores oprimidos contra a opressão capitalista, e da construção do Governo Operário e Camponês, um governo surgido desta luta que, através da Ditadura do Proletariado, levará a extinção da exploração do homem pelo homem e da verdadeira construção do Novo Homem e de uma nova sociedade.

## **Marcas de um governo antipopular**

O governo PT/Lula considerou uma grande vitória a aprovação, em primeiro turno, da Reforma da Previdência. Agora, passando pelo segundo turno, respirou aliviado, como um dever cumprido. De fato, concretizou a reforma neoliberal da Previdência, que FHC não havia conseguido, tendo o PT na oposição.

As conseqüências são violentas para os aposentados, para os que vão ingressar e para aqueles que estão nos serviços públicos. Aumentaram o tempo de trabalho, os descontos e ampliaram as dificuldades para se alcançar a aposentadoria. A estratégia do governo é: aqueles que podem pagar os fundos de previdência privados terão alguma reserva na velhice; para a maioria do funcionalismo, restaram descontos, exploração de mais anos de trabalho e minguada aposentadoria no futuro.

Em seqüência, aprovou-se o relatório da Reforma Tributária. Os governadores exerceram forte pressão para

assegurar algumas vantagens para seus Estados. Na verdade, os governos de todas as esferas (federal, estadual e municipal) procuram aprovar medidas que eliminam a vinculação de verbas públicas e maior liberdade para a cobrança de impostos. A manutenção do CPMF reflete a orientação da reforma que retira dos assaiariados e repassa a poderosos grupos econômicos.

Um terceiro acontecimento foi a aprovação do restritivo orçamento do governo do PT para o ano de 2004. O montante de recursos destinado à saúde e à educação foi insignificante. A demagogia do PT de que a escola pública era prioridade e o ensino "inclusivo" para a maioria seria um objetivo a ser alcançado pelo seu governo vem abaixo com a pequena fatia orçamentária destinada à educação. A calamitosa saúde pública permanecerá nas mesmas condições. Há um ponto diretamente responsável pela fome de milhões, que é o salário mínimo. O governo prometeu

dobrá-lo, mas na previsão orçamentária o reajuste não poderá passar de 14%. Mesmo que dobrasse, a fome continuaria. Com o minguado reajuste previsto, vê-se que se mantém a superexploração. O argumento de que a política econômico-financeira inicialmente adotada era de transição se mostra falso diante de um orçamento que responde aos interesses dos credores internacionais.

A CUT, MST e outras organizações do movimento popular anunciaram a formação de uma coordenação nacional para defender o emprego, terra e moradia. Trata-se de uma iniciativa necessária. Mas só poderá ser concretizada se as organizações dos trabalhadores se colocarem pela independência diante do governo, apresentarem um plano de reivindicação que una a maioria e se esforçarem para trazer à tona a revolta dos que padecem da exploração e que suportam os efeitos da política econômica antipopular.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

# A reforma tributária ataca ainda mais os assalariados

Nem bem terminou de aprovar a reforma da previdência, o governo do PT/Lula já negocia a aprovação da reforma tributária. Este será mais um passo no rumo das reformas neoliberais, que incluem a reforma sindical e a trabalhista.

A essência da reforma tributária é a preservação da alta taxação para manter o parasitismo financeiro. Os principais pontos da reforma proposta pelo governo são:

a) a chamada "democratização" dos impostos. Para os capitalistas, interessa fazer com que cada vez mais assalariados tenham de pagar impostos. Inclui a redução da carga tributária sobre os capitalistas ligados à produção industrial e expansão da taxaçoão sobre os assalariados, direta ou indiretamente. O exemplo dessa "democratização" é a cobrança da CPMF, que se pretende agora como imposto definitivo. A CPMF recai sobre to-

dos os salários, constituindo um confisco sobre todos os salários, até os mais baixos.

b) Desregulamentação das obrigações do Estado para com os serviços públicos. Pretendem tirar da Constituição e de outras leis as porcentagens obrigatórias destinadas aos serviços sociais públicos, como a saúde e educação. Dessa forma, os governantes poderiam ampliar os cortes de verbas e destinar maior fatia dos recursos para o sustento do endividamento.

c) Tentativa de resolver a guerra fiscal entre os estados. A disputa entre os estados pela instalação de empresas envolve a chamada renúncia fiscal, que é a redução ou supressão de impostos aos capitalistas. Essa disputa leva à redução da arrecadação e amplia a fragilidade dos recursos públicos.

A burguesia tem fracassado nesse último aspecto. Não se consegue

chegar a um acordo acerca da guerra fiscal, que deveria estabelecer com clareza quanto e como são arrecadados os impostos. A impossibilidade de fazê-lo está dada pela desintegração do modo de produção capitalista, que impõe a disputa acirrada entre as frações capitalistas pela sobrevivência através da reconcentração de mercados e capitais e da elevação da superexploração do trabalho. A disputa dos governadores expressa a disputa entre as frações capitalistas.

Os assalariados serão prejudicados com mais impostos e menos direitos. Os impostos são uma forma dos capitalistas tomarem uma parte dos salários de volta aos trabalhadores. A posição da classe operária é que só os capitalistas paguem impostos. Rejeitamos a reforma pró-capitalista do governo do PT/Lula.

## A política das "cartas" só pode levar à derrota

As correntes que se afirmam contrárias a "essa" reforma da previdência, a esquerda do PT e o PSTU, têm defendido que a reforma da previdência poderia ter sido mudada se 51 deputados tivessem mudado de posição. Daí concluem a necessidade de enviar cartas e fazer pressão parlamentar para evitar a reforma antinacional e antipopular. Como se os deputados votassem de acordo com sua "opinião" e com a pressão de seus eleitores. Como se os parlamentares não estivessem submetidos aos grupos políticos e econômicos que os elegeram. Como se o parlamento

não fosse uma instituição da burguesia e a seu serviço. Como se os deputados votassem de acordo com as necessidades de ganhar apoio popular. Como se a pressão parlamentar e não a ação direta fosse o meio de resolução dos problemas.

A pressão parlamentar não será capaz de mudar a reforma da previdência. Também não mudará a reforma tributária. Nem a sindical ou a trabalhista. Pior ainda: alimentará falsas ilusões de que isso seria possível. E desviará as massas da ação direta, nacional e unitária contra o conjunto das medidas neolibe-

rais para o distracionismo eleitoral.

O POR combate a política de pressão institucional parlamentar. Somos contra alimentar as ilusões com a defesa das cartas, e-mails e caravanas de pressão parlamentar. O meio para derrotar as reformas neoliberais é afetando o poder econômico que controla o parlamento: é paralisando a produção e indo às ruas, mobilizando nacionalmente os movimentos operário, camponês, popular e estudantil para impor ao governo e aos capitalistas as reivindicações das massas, derrotando a ofensiva neoliberal.

# As multinacionais impõem redução de custos

No final de julho, estiveram no Brasil os representantes das montadoras Volkswagen, Fiat e General Motors, com o objetivo de cortar despesas nas filiais. Duas medidas eram comuns: demitir e repassar o aumento de custo aos preços dos carros.

No caso da Volks, o executivo da matriz alemã (Peter Hartz) trouxe um balanço mostrando que a montadora no Brasil foi "fonte de prejuízo para o grupo". E que pretende chegar ao "equilíbrio financeiro em 2004". Após a reunião com Paul Fleming (presidente da Volks no Brasil), ambos se reuniram com Lula para comunicarem que a montadora tem um excedente de mão-de-obra de 4.000 operários. Tinham como proposta a criação de uma empresa "Autovisão". Esta receberia o "excedente" e "disporia" a recolocá-los no mercado de trabalho.

A decisão da Volks de demitir não foi isolada. O executivo da General Motors alegou também prejuízos e exigiu que a fábrica de São José dos Campos suspendesse o "excedente" de 600 operários por cinco meses (lay-off) e determinasse a redução do salário. Mesmo assim, não garantiu que após os cinco meses todos voltariam à empresa. A orientação da GM em São Caetano foi incentivar as "demissões voluntárias".

O superintendente mundial da Fiat – Giancarlo Boschetti – também esteve na montadora em Betim. Acusou o "baixo desempenho" da empresa, que, depois da crise da Fiat européia, passou a ser considerada a melhor do grupo. Exigiu o "ajuste na produção", que foi materializado, por enquanto, nas férias coletivas fora de período, que comumente se realizam no final do ano.

## Capacidade instalada

As montadoras estão com uma capacidade instalada para produzir 3,2 milhões de carro por ano, mas a produção média tem alcançado 1,8 milhão. E, nesse ano, há uma previsão que alcançará no máximo 1,5 milhão. Os estoques acu-

mulados são enormes e as multinacionais demitem, impõem os acordos de flexibilização do trabalho e exigem soluções do governo.

Da parte que lhes cabe, que envolve redução de custos de produção, as montadoras já vêm há muitos anos pondo em prática a redução da jornada com redução salarial, terceirizações, contratos temporários e todas as formas de demissão ("voluntárias" e não voluntárias).

As multinacionais exigem mais empenho do governo PT/Lula, reduzindo impostos, impondo a reforma trabalhista para eliminar direitos e facilitando dinheiro por meio do BNDES.

## Ação do governo PT/Lula

### Acordo entre governo, montadoras e sindicatos

No início de agosto, o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, instalou o "Fórum de Competitividade" para os setores da indústria. Afirmou que existe um problema estrutural, que é a capacidade de produção maior do que a demanda. Diz que isso está vinculado às dificuldades de créditos e financiamentos e à necessidade do governo firmar acordos bilaterais que "desonerem" as exportações. Reafirmou que o governo continua discutindo com as montadoras e sindicalistas o programa "Modercarga" para aumentar a venda de caminhões. A dificuldade está na proposta de criação de um fundo para garantir crédito ao transportador.

O "Fórum de Competitividade" conta com a participação do governo (Ministros do Planejamento, Desenvolvimento e do Trabalho), BNDES, dos representantes das montadoras, entidades patronais e sindicatos dos trabalhadores. A intenção é estabelecer um pacto entre governo, empresários e sindicatos, com vistas a conter o enorme descontentamento por parte dos trabalhadores diante das medidas de desemprego, redução salarial e precari-

zação do trabalho, impostas pelo setor automotivo.

No dia 5 de agosto, o governo decretou a redução do IPI – Imposto sobre os Produtos Industrializados – dos carros populares e de médio porte. O objetivo é aquecer o mercado consumidor. Esta medida veio após a enorme pressão das montadoras com as ameaças de demissão, férias coletivas, suspensão temporária etc. Até outubro, a redução será de 4% e, em novembro, 3%. Em contrapartida, as multinacionais se comprometeram em não elevar o valor dos carros e não realizar demissões até o final de novembro. O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse que o governo reduz o IPI e em troca as montadoras terão de assumir o compromisso de não demitir, não aumentar os preços e manter a margem de lucro.

O acordo do governo com as montadoras dará um prejuízo de R\$342 milhões para os cofres públicos. As montadoras persistiram no propósito de reduzir "custos operacionais", que implicam demissões. O presidente da Anfavea, Ricardo Carvalho, disse que isso não mudaria a decisão da General Motors de suspender 600 trabalhadores e também não modificaria a decisão da Volks de "transferir" 3.933 operários para o projeto Autovisão.

Também ficou acordado que será criada uma comissão para fiscalizar as consequências da redução do IPI. Dessa comissão, fazem parte os sindicatos.

## O setor automobilístico foi o que mais recebeu subsídio do governo

De janeiro a junho, o setor automotivo recebeu mais de R\$700 milhões em recursos do governo PT/Lula. Teve um crescimento de 106% em comparação ao período de 2002.

Os bancos das montadoras pegam o dinheiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e repassam como financiamento aos con-

sumidores. Ganham o chamado "spread" bancário, ou seja a diferença entre o custo de captação do dinheiro e o que é cobrado dos interessados. O Banco da DaimlerChrysler pegou nesses seis meses R\$200 milhões. O banco da Volks é um dos grandes tomadores de dinheiro do BNDES. Nesse mesmo período, já pegou R\$360 milhões. Superior ao ano de 2002, que foi de R\$247 milhões. Esse mecanismo de emprestar dinheiro público subsidiado e depois emprestá-lo sob juros maiores, no financiamento de carro, é uma sangria para a economia nacional.

Em pouco mais de um ano, as montadoras conseguiram de FHC e Lula a redução do IPI. Em julho e outubro de 2002, com o mesmo argumento da queda das vendas, o setor conseguiu redução do IPI.

### **Como respondeu Paul Fleming (presidente da Volks no Brasil)**

Fleming disse que recebeu a incumbência de "enxugar 4.000 postos de trabalho das fábricas de São Bernardo e Taubaté. A proposta é a criação da Autovisão, que já foi apresentada para Lula, Palocci e Furlan. Afirmou que todos eles consideraram o projeto como uma "inovação". O inglês que dirige a Volks contou vantagens criticando as outras empresas que demitem e não oferecem quase nada como pacote do "desligamento", a não ser o "programa de demissão voluntária".

O executivo da multinacional enfatizou que respeitará o acordo até o ano 2006 na Volks de São Bernardo e 2004 em Taubaté. Mas não poderá ficar com os "excedentes". A Autovisão seria uma empresa para tentar arrumar outro trabalho para os que serão desligados da Volks. Anunciou que a multinacional dispõe gastar R\$300 milhões para "enxugar" o excedente de mão-de-obra.

Do ponto de vista dos investimentos, Fleming mostrou que já lançou o Pólo sedã, que o Gol foi "reposicionado" e recebeu o aval da matriz para produzir e exportar o projeto 249 (Tupi). Enfatizou que a capacidade produtiva cresceu e que não pode ser usada em função da crise econômica. E que a Volks perdeu posição para outras montadoras e, por isso, necessita cortar custos.

Sobre a redução do IPI, disse que o

governo está na direção certa. Porém, os resultados deverão vir com o aumento da vendagem dos carros. Em relação ao projeto Autovisão, reafirmou que o manterá, a despeito da redução do IPI.

### **Montadoras continuam demitindo**

O BNDES facilita o dinheiro para as montadoras e diz que se trata de um plano para incentivar a expansão do emprego no Brasil.

Os dados da própria Anfavea indicam que nos últimos 12 meses houve uma redução de mão-de-obra no setor. Caiu de 94,3 mil para 92,3 mil trabalhadores. Um destruição de 2 mil postos de trabalho. O que significa que as montadoras pegaram mais recursos do governo e, ao invés de ampliar os empregos, cortaram custos de produção, atingindo a força de trabalho.

A destruição de um posto de trabalho nas montadoras significa o desemprego de cerca 7 nas autopeças. Não por acaso, a taxa de desemprego nesses meses de governo Lula vem crescendo. Houve aumento do trabalho informal, do emprego sem carteira assinada e queda no rendimento médio do trabalhador.

### **O poder das multinacionais**

A petulância das montadoras anunciarem destruição de postos de trabalho em massa, manobram descaradamente com projetos do tipo "Autovisão", exigirem do Tesouro renúncia fiscal e se utilizarem de bancos de fomento, como o BNDES, expõe o poder ilimitado do capital imperialista no interior da economia e perante o Estado.

A crise de superprodução da indústria automobilística não diz respeito a uma filial, como a do Brasil. Trata-se de um fenômeno mundial. Por sua vez, combina com o conjunto dos fatores da crise internacional do capitalismo. Não só a Fiat demonstra perdas na Europa e anuncia demissão em massa. As montadoras em geral apresentam esse quadro. Quem paga são os trabalhadores com o desemprego, precarização do trabalho e destruição de direitos.

A penetração do capital imperialista nas economias semicoloniais serve, num certo momento, para alimentar as forças produtivas internas, mas pelo seu cará-

ter saqueador e por concentrar a essência da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, nos momentos de crise, constitui fator de profundos desequilíbrios para as economias nacionais. Não só resguardam a liberdade de demitir em massa, transferir suas fábricas, fechar setores etc como implantam um poder próprio perante o Estado, a ponto de pressionar o governo a subsidiar a crise de superprodução.

### **A colaboração da burocracia sindical**

Esse poder não seria tão vasto se as multinacionais não contassem com a atuação política e social das direções sindicais para contornar a revolta da classe operária, canalizá-la para soluções que aumentam a taxa de exploração sobre o conjunto dos assalariados e mutilam uma parte da força de trabalho pelo desemprego. Não há como o grande capital expressar crises tão brutais sem estimular a luta de classes. Medidas tão violentas de demissão em massa e destruição de conquistas trabalhistas elementares trazem à tona o antagonismo entre o capital e o trabalho.

A burocracia sindical atua para que esse antagonismo se converta em acordos favoráveis aos planos capitalistas. Usam a força do aparato sindical para dividir os operários entre os que ficarão com o emprego e aqueles que o perderão. O raciocínio de que é melhor conservar o emprego da maior parcela e permitir a demissão da menor parcela está no fundo da colaboração de classe e dos acordos assinados, como os das montadoras. Aceitam-se mecanismos como o da "demissão voluntária" e assinam-se acordos de redução salarial, terceirização, suspensão temporária etc. seguidos de demissões.

Diante das tendências de luta e do surgimento de uma vanguarda oposicionista ao peleguismo, as direções corrompidas pelo capital usam de todos os meios para sufocar as manifestações independentes no interior das fábricas e no conjunto do movimento operário. Uma marca essencial para impor o colaboracionismo é a eliminação da liberdade de expressão e militância sindical. Ou seja, maior redução possível da democracia operária. Impede que os oposicio-

nistas defendam seus pontos de vistas e propostas nas assembléias, reuniões, congressos etc. Criam organismos nas fábricas, como o consentimento patronal, para no seu interior ter uma rede de apoio de burocratas, que usam dessa posição política para estar bem com os patrões e garantir sua estabilidade no emprego. Esse aparato é movimentado a favor dos acordos antioperários a cada situação de agudização da crise.

A burocracia vai tão longe no colaboracionismo que convence os trabalhadores de que é dever do sindicato e da classe operária unirem-se ao patronato para obter vantagens do governo para as multinacionais. Exemplo disso são as pressões para reduzir impostos, subsidiar o capital e projetos do tipo "renovação de frota". Juntamente com o patronato e o governo, a burocracia estimula e participa de Fóruns econômicos, campanhas, conselhos fiscais etc. Essa casta colaboracionista estende seus tentáculos para o interior do Estado, cultiva aproximação amistosa com as diretorias das multinacionais, organiza-se internacionalmente com o sindicalismo pró-imperialista e conserva o aparato sindical imune ao controle das bases.

### **Fraqueza e submissão dos governos às multinacionais**

Tanto o governo federal quanto os estaduais não têm capacidade para limitar o poder econômico do grande capital. As demissões em massa denunciam a barbárie capitalista e ampliam a crise social. Para os governantes, não é nada positiva a situação em que se colocam conflitos generalizados entre capital e trabalho.

O proletariado tende a se chocar com o Estado e, portanto, com os governos, uma vez que estes se vêem pressionados a defender os interesses da classe capitalista. Mostram-se tão submissos ao poder econômico das multinacionais, que não podem agir contrariamente às decisões de suas matrizes de demitir e destruir conquistas trabalhistas.

Os grupos mais poderosos chegam ao ponto de usar o desemprego como meio de chantagear o governo e conseguir favores do Estado.

Sob o governo FHC, acirraram a guerra fiscal, transferindo fábricas de

um lado para outro, mostraram que têm total liberdade para explorar as fraquezas da economia nacional, a debilidade da política governamental e a escassa organização do proletariado.

O governo PT/Lula prometeu 10 milhões de novos empregos. Já nos primeiros oito meses de mandato, teve de arcar com mais de 600 mil demissões. E as multinacionais prometem ampliar ainda o exército de desempregados. A reforma trabalhista em andamento é claramente uma peça da reforma neoliberal que atende as necessidades do grande capital, tendo à frente o capital imperialista.

### **A política revolucionária do proletariado**

A descrição e análise acima do poder das multinacionais e do conjunto do grande capital nos mostram o tamanho da tarefa que é a de defender a integridade física e moral da maioria explorada contra a desintegração do capitalismo e a superexploração.

Só uma política revolucionária pode dar conta dela. Revolucionária porque levanta um programa do proletariado contra o grande capital, o Estado e o governo, apóia-se na defesa das reivindicações mais elementares, direciona-se a destruir o sistema capitalista de exploração por meio da luta de classes. Ao contrário da colaboração, a política genuinamente proletária contrapõe as massas exploradas aos exploradores.

Os momentos em que a classe capitalista se vê obrigada a atacar abertamente os empregos e os salários são os mais favoráveis para os trabalhadores vivenciarem a experiência com o colaboracionismo da burocracia traidora e a atuação das direções revolucionárias, que se constroem no seio da luta.

É com a implantação e o desenvolvimento da política proletária no interior dos movimentos sociais, das fábricas, bairros, escolas etc. que a maioria despolitizada, iludida e controlada pela política pró-patronal, e os trabalhadores construirão direções fiéis e resistentes, apoiadas no programa e no método da luta de classes.

A tarefa de libertar os sindicatos e o movimento operário das direções que compactuam com as multinacionais e o Estado é parte dos objetivos revolucio-

nários. O caminho para isso é defender a todo custo o programa dos explorados em contraposição à cada medida que os capitalistas e o governo lançam contra os trabalhadores.

Reivindicações como emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho, defesa dos salários, escala móvel de reajuste salarial, salário mínimo real, controle geral da produção pela classe operária, terra aos camponeses, nada de acordos malditos, fim das reformas neoliberais e combate à opressão imperialista devem ser colocadas em prática de acordo com a situação concreta criada pela crise capitalista e pelas medidas patronais e governamentais.

É fundamental que a tática e a estratégia da política proletária estejam sempre unidas e presentes em cada embate. A luta por um governo operário e camponês, pela ditadura do proletariado, tem de ser trabalhada constantemente a partir das manifestações e das reivindicações, por mais elementares que sejam.

A política que separa as reivindicações elementares da estratégia da revolução proletária, não importando com que argumento seja, leva ao reformismo e ao oportunismo social-democrata. Acaba por se sujeitar ao estreito sindicalismo e ao economicismo. Termina como política burocrata sindical. Também não se pode fazer da estratégia uma bandeira desvinculada das lutas concretas, que são o ponto de partida por onde o proletariado vai superando as amarras das direções corrompidas e compreendendo a necessidade das transformações históricas.

É na justa relação entre a plataforma de reivindicações elementares e as tarefas de destruição do capitalismo, que tem por essência a expropriação do grande capital e sua transformação em propriedade social (socialista), é na correspondência e interdependência da tática (meios de luta) e a estratégia (tomada do poder), que se constitui a política revolucionária.

Como é possível trabalhar com essa política no seio dos explorados? Construindo o partido-programa. É o partido revolucionário que permite a ação transformadora do proletariado e o combate a toda variante de política burguesa e pequeno-burguesa. Não há política revolucionária sem o partido revolucionário do proletariado.

# As condições dos trabalhadores se agravaram

Não há uma só família que não tem em casa um desempregado ou subempregado.

Não há um só trabalhador que não reclama dos baixos salários e, principalmente do salário mínimo de R\$240,00.

Boa parte dos jovens está há meses/anos à procura de um trabalho.

Os trabalhadores da educação sentem na pele o aumento da exploração do trabalho, as péssimas condições de ensino, a destruição de direitos trabalhistas e o brutal arrocho salarial.

E onde estão as mudanças prometidas? Onde estão os recursos do Estado mais rico da federação, que não consegue reajustar os salários dos trabalhadores da educação, saúde etc?

Está mais do que evidente. A população arca com pesados impostos, tarifas, com o sustento de parte das escolas (APMs) e o dinheiro é arrancado dos cofres públicos para sustentar a volumosa dívida, os compromissos com o FMI (superávit primário de 4,25%), o parasitismo financeiro, a corrupção estatal e a sonegação fiscal por parte dos empresários.

Modificar essa situação requer a organização dos trabalhadores para enfrentar de conjunto a política desses governos. As direções sindicais estão apoiando os governos. Por isso, o descontentamento dos assalariados não tem sido canalizado para a luta coletiva pelas reivindicações e contra as reformas governamentais.

A direção da Apeoesp, grande maioria petista, está amarrada até os ossos com esses governos (PT e PSDB). Derrotar a política governamental implica travar um combate ao colaboracionismo, ao corporativismo e toda sorte de sindicalismo de chapa branca que está presente em nosso sindicato.

## Combater a política privatista de Cristovam Buarque

O Ministro da Educação do governo Lula, Cristovam Buarque, anunciou o interesse em abrir para o capital estrangeiro o ensino superior. O que significa a venda de universidades ou as "parcerias" por meio das fundações para empresários estrangeiros.

Ao invés de agir em favor da estatização de todo o sistema de ensino, inclusive do ensino superior, o governo PT/Lula quer entregar parte às multinacionais da educação. Essa orientação de privatizar o terceiro grau e abri-lo para o capital internacional é uma das metas da Alca. Buarque segue as diretrizes da Alca para a educação.

Os trabalhadores devem ser colocar contra essa medida e exigir que o governo rompa imediatamente com todos os acordos com os credores internacionais, entre eles a Alca. Devem defender a estatização de todo o sistema de ensino.

# Não negociar a Autovisão

Não podemos aceitar a negociação da Autovisão. Autovisão é demissão. Devemos dizer: desemprego e redução salarial não se negociam. Os patrões da Volks querem demitir. As experiências das idas à Alemanha foram terríveis para nós trabalhadores. É só lembrar das 700 demissões e da redução de 15% de nossos salários. Nessas negociações, os trabalhadores só perderam. A direção do sindicato veio com a mesma história de que é possível negociar um acordo favorável a nós operários indo para a matriz. Falso. A Volks é uma só. Quem manda demitir é a matriz alemã. A empresa está firme no propósito de "enxugar" (demitir) e tem prazo para isso.

Para os trabalhadores, não há outro caminho senão a luta. Devemos responder à proposta da Autovisão com greve, manifestações, ocupação da fábrica. Negociar demissão e redução salarial é aceitar de cabeça baixa o aumento da exploração, o empobrecimento e a miséria aos desempregados. Não podemos aceitar a miséria para os desempregados como resultado de acordo com os patrões da Volks, que sugam nosso traba-

lho. Nossa Classe defende:

1. Fim da política do sindicato de negociar demissão e redução salarial;
2. Nenhuma negociação em torno da Autovisão;
3. Nenhuma demissão ou transferência;
4. Combater a destruição de 4.000 postos de trabalho com a greve

## Convocar a assembléia de toda Volks em que todos possam fazer propostas

É preciso uma assembléia de toda fábrica para discutir a greve total. As paralisações parciais já mostraram a revolta de todos contra o projeto de demissão, denominado pela Volks de Autovisão. Não podemos ficar esperando o facão cortar. É preciso unificar toda fábrica numa só luta grevista. Para isso, convocar a assembléia de fábrica, que seja democrática.

## Autovisão é demissão

Na fábrica todos falam: Autovisão é Autofacão. O que a matriz alemã exige é o fechamento definitivo de 3.933 postos de trabalho. A Autovisão é uma forma

# Movimento

para diluir o impacto social e político da demissão em massa. Imagine só um facão que corta quase 2 mil postos de trabalho só aqui na Volks de São Bernardo. Autovisão é conversa de patrão para jogar na rua 2 mil pais de família.

## Quebra do acordo de 2001

O fechamento de 4 mil postos de trabalho mostra que o acordo entre o Sindicato e a Volks de estabilidade até 2006 foi uma forma para demitir sem luta 700 companheiros e reduzir em 15% os nossos salários.

O Nossa Classe combateu a posição da diretoria do Sindicato por aceitar as demissões e a redução salarial.

Afirmamos que um pouco mais à frente a Volks voltaria a demitir. Não demorou muito e a empresa veio com a exigência do aumento da terceirização, atingindo a aia 21 e outras. Nós dissemos: terceirização é demissão. A Volks jurou que não demitiria..O Sindicato aceitou a terceirização sem luta. E muitos de nossos companheiros acreditaram que estavam seguros. Agora a cobra voltou a fumar. A Autovisão está vindo como facão.



# PSTU e o Programa

## (Damos continuidade ao texto iniciado no Massas 266)

### Qual o caminho para um governo dos trabalhadores?

Com o título acima, os redatores do texto 'Venha para o PSTU', criticam o PT por privilegiar as eleições em detrimento da ação direta. Eis a formulação: 'O PT construiu como estratégia para realizar as mudanças do país a via das eleições como prioridade. O PSTU foi formado por diferentes organizações que, no interior do PT, discordavam desta estratégia'.

A via das eleições traz implícita a estratégia, mas não é propriamente dita a estratégia, é uma tática, um meio de disputa interburguesa pelo poder do Estado. É um instrumento do Estado e da democracia burguesa.

Depois de criticar a adaptação do PT ao eleitoralismo, conclui: 'Somente um governo dos trabalhadores, sem burgueses pode de fato resolver nossos problemas. O PSTU participa de eleições, mas como uma das formas de intervenção do partido, nunca como prioritária'. Agora, sim, o PSTU referiu-se aproximadamente à estratégia ao assinalar uma forma de governo.

Anteriormente, fizemos a crítica à bandeira de 'governo dos trabalhadores', que se distingue da posição programática do 'governo operário e camponês'. Não convém repeti-la. Retomamos a bandeira do PSTU, porque ela é usada para criticar estrategicamente o PT, sem contudo referir a que governo o PT tem escrito nos seus documentos, isso desde quando o PSTU ainda era a antiga Convergência Socialista.

A direção dessa organização nunca se dispôs a travar a luta programática-estratégica ao PT, limitando-se, na verdade, à tática. Continua a fazer o mesmo no atual documento programático. Que o PT é eleitoralista, está claro e correto. Que o partido revolucionário subordina a tática eleitoral à tática da ação direta, também não há o que questionar. Mas qual é a estratégia do PT, inscrita em seus documentos, ainda quando a Convergência não tinha dado origem ao PSTU?

O reformismo assentou por estraté-

gia o 'governo democrático e popular'. Correspondendo a ela, defendia a unidade do 'campo democrático e popular', que implicava em alianças eleitorais, com partidos burgueses ou parte destes. Está aí a formulação de um governo adaptado à tática do eleitoralismo. A antiga Convergência Socialista tem um crítica que demonstre a relação entre a tática e a estratégia do reformismo? Até onde conhecemos não e agora como PSTU mantém a omissão.

Mas o PT não se limitou a formular essa estratégia pequeno-burguesa de poder. O seu Primeiro Congresso foi dedicado a condenar a estratégia da ditadura do proletariado e os métodos da violência revolucionária (insurreição, armamento das massas, revolução proletária).

Que balanço tem o PSTU de sua atuação no Primeiro Congresso, quando ainda era 'Convergência Socialista'? A mesma pergunta fazemos aos grupos que se uniram à Convergência para formar o PSTU. Uma série de pontos de balanço é realizado, mas esse que é essencial, está totalmente omitido. A corrente majoritária Articulação, auxiliada por outros agrupamentos, não só rechaçou historicamente a ditadura do proletariado como a tática revolucionária que lhe corresponde, a da insurreição armada.

### Revolução socialista

O documento diz que o dilema do governo Lula é fazer a economia capitalista crescer aumentando ainda mais a subordinação do país ao imperialismo. Mas o dilema do PSTU é outro: 'revolução e colônia'. Conclui: (...) a revolução socialista e o governo dos trabalhadores são o único meio para deter a recolonização do Brasil.

Sem dúvida, o documento insiste que o PSTU defende a 'revolução socialista'. Estamos de acordo que não haverá outra revolução possível no Brasil senão a socialista. Mas o programa da revolução socialista ou do documento de síntese programática destinado a introduzir militantes no partido deve expor as leis fundamentais da revolução socialista nas condições particulares de um país

semicolonial, como é o Brasil. (O PSTU denomina de país periférico, o que é anticientífico e serve ao revisionismo)

O texto não se refere que classe encarna a revolução socialista e que aliança será necessária. A ausência de exposição do proletariado como a classe que dirigirá a revolução socialista é a mesma da fórmula de governo dos trabalhadores. É um prejuízo que compromete os fundamentos do programa, uma vez que, ao lado do proletariado, combate o campesinato pela terra e a classe média urbana, que se vê obrigada a lutar com os métodos da ação direta para resistir ao empobrecimento e ruína constantes.

Os camponeses aspiram a propriedade privada da terra, por isso não é a classe capaz de elaborar o programa da revolução socialista. Limita-se aos objetivos das tarefas democráticas não realizadas pelo capitalismo semicolonial, principalmente a reforma agrária, e que não poderão ser cumpridas no âmbito do capitalismo esgotado como ordem mundial. A classe média urbana é mais limitada ainda em suas aspirações de reformas econômicas, que lhe assegurem a sobrevivência de classe intermediária entre o proletariado e burguesia.

A revolução socialista no Brasil terá de cumprir as tarefas democráticas, próprias da revolução democrática burguesa, que já não tem lugar na época do capitalismo monopolista, completamente internacionalizado e em putrefação. Eis mais uma razão essencial para que o programa deixe claro que as tarefas democráticas serão definitivamente solucionadas sob a ditadura do proletariado. Ditadura do proletariado que expressa o poder da maioria oprimida contra a minoria opressora.

Como omitir então que a revolução socialista depende da aliança operário e camponesa e, portanto, de um governo operário e camponês claramente definido? É somente com a concretude de tais definições e de relações de classe que se pode defender e trabalhar corretamente pela revolução socialista

(no próximo Massas comentaremos o ponto internacionalismo e partido)

## Nossa homenagem a Trotsky

León Davidovich Bronstein (Trotsky) nasceu em 7 de novembro de 1879, em Yanovka (Ucrânia), e morreu assassinado por um agente estalinista em Coyoacán (México), em 20 de agosto de 1940.

Na obra "Como Fizemos a Revolução" faz um relato pulsante dos instantes decisivos para a vitória da Revolução de Outubro. Trotsky publicou a Plataforma da Oposição (1928) e, em seguida escreve "A Revolução Permanente" e a crítica ao Programa da Internacional Comunista (VI Congresso), 1929.

Perseguido, expulso da URSS, exilado, combatido violentamente por Stalin, Trotsky, em 1937, proclama a necessidade construir a IV Internacional. Em 1938, foi fundada a IV Internacional. Entre os documentos adotados, encontrava-se o "Programa de Transição", redigido por Trotsky. Esse documento marca a continuação da política leninista.

O estalinismo derrotou fisicamente Trotsky, mas não conseguiu eliminar as idéias do marxismo-leninismo-trotskyismo.

O Partido Operário Revolucionário assimila essas lições e trabalha para pôr em pé no Brasil o partido revolucionário. Trabalha para fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Publicamos abaixo um capítulo do livro "Como Fizemos a Revolução", como parte da formação política da militância porista.

### A Revolução de Novembro

Na nossa época, os acontecimentos sucedem-se com tamanha rapidez que se torna difícil reproduzi-los por ordem cronológica. Não disponho de quaisquer fontes documentais para organizar um esboço da revolução de Novembro, mas faço-o confiando nas minhas recordações e reservando para mais tarde um relato mais completo e perfeito, apoiado em testemunhos verídicos.



Desde os primeiros dias da Revolução, o nosso partido teve a firme convicção de que a lógica dos acontecimentos o levaria ao Poder. Não quero falar dos teóricos do nosso partido que, muitos anos antes desta Revolução e, anteriormente ainda à de 1905, analisando as relações entre as classes sociais russas, tinham afirmado que um movimento revolucionário vitorioso colocaria inevitavelmente o Poder do Estado nas mãos dos proletários, apoiados pela grande massa dos camponeses pobres.

Esta afirmação apoiava-se na insignificância da burguesia democrática e na concentração da indústria em poucas mãos, o que determinava a importância enorme da classe operária. A insignificância da classe média não é mais do que o reverso do poder do proletariado. A guerra originou aparências enganosas a este respeito, porque atribuiu um papel decisivo ao exército que, na realidade, era formado por camponeses. Se a Revolução tivesse acontecido em época mais normal; se tivesse começado em tempo de paz, como em 1912, o proletariado teria assumido uma atitude diretiva desde o primeiro momento e teria arrastado gradualmente os camponeses. A guerra, porém, modificou a lógica dos aconteci-

mentos. Os camponeses estavam organizados militarmente no exército. Antes que as aspirações e idéias os unissem, já estavam organizados em regimentos. Os pequenos burgueses, espalhados nesses exércitos, experimentavam quase todos os sentimentos revolucionários próprios da sua classe. O descontentamento social das massas aumentava e adensava-se com o desastre militar. Apenas começou o movimento revolucionário a guarda avançada do proletariado restaurou as tradições de 1905 e incitou as massas para se organizarem em corpos representativos, isto é, em sovietes.

O exército viu-se na necessidade de enviar representantes aos conselhos revolucionários antes que a sua consciência política alcançasse a grandeza revolucionária que os acontecimentos adquiriram. Quem poderiam os soldados enviar como representantes? Evidentemente que apenas os intelectuais e semi-intelectuais de entre eles, que possuindo um mínimo de conhecimentos políticos conseguiam exprimir as suas idéias.

Deste modo os intelectuais da classe média adquiriram rapidamente uma influência enorme. Médicos, engenheiros, advogados, jornalistas que antes da guerra levavam uma via absolutamente burguesa, depressa tornaram-se representantes de associações e exércitos e sentiam-se chefes da Revolução. A vacuidade das suas idéias políticas correspondia exatamente ao estado amorfo da consciência revolucionária das massas. Para estes elementos nós éramos sectários; nós que tínhamos formulado as reclamações a favor dos trabalhadores e camponeses com uma clareza e precisão irreconciliáveis.

Notava-se porém, que os representantes da democracia ainda que orgulhosos dos seus ímpetos revolucionários, desconfiavam das aptidões e do valor das massas que os haviam escolhido. Titulando-se socialistas e acreditando-se como tais na realidade, conservavam a

sua atitude respeitadora ante a autoridade política dos liberais burgueses cuja sabedoria e métodos acatavam. Por isso tentaram obter, a toda a força, o concurso dos liberais para formar com eles uma aliança ou coligação.

O programa do Partido Socialista Revolucionário, cheio de fórmulas e de expressões sentimentalistas e prédicas morais, substitutivos dos métodos da luta de classe, era o maior atrativo espiritual para os improvisados diretores do movimento.

Os seus esforços para suprir a sua impotência intelectual e política, socorrendo-se da ciência da burguesia, encontraram uma sanção teórica nos ensinamentos dos mencheviques. Estes acreditavam que a Revolução devia ter um caráter burguês e não podia realizar-se sem a participação dos indivíduos desta classe no governo. Formou-se um bloco entre os socialistas revolucionários e os mencheviques, como expressão do tímido e vacilante espírito político dos intelectuais da classe média, convertidos em vassallos do liberalismo imperialista.

Nós compreendemos claramente que a lógica da luta de classes destruiria por fim aquela combinação transitória e acabaria com os chefes do período de transição. O predomínio dos intelectuais mesocráticos, fundamentalmente, não significava senão que os camponeses, chamados subitamente a tomar parte na vida pública, como membros do exército que se tinha convertido em ação política, impunham, com a força do número, uma eliminação momentânea do proletariado. Os chefes da classe média tinham subido àquelas alturas devido à força formidável dos soldados, enquanto os membros da classe operária, exceto os mais evoluídos, estavam obrigados a acatar os diretores do movimento e manter-se em contato com eles, com risco de ficarem separados das massas camponesas.

Tac situação manifestava um problema difícil. As gerações mais antigas tinham viva a recordação de 1905, da derrota então sofrida pelo proletariado porque não acudiram em seu socorro as imensas massas de camponeses. Foi este motivo de na primeira fase da nova revolução, os proletários se mostrarem propícios na aceitação da ideologia dos socialistas revolucionários e dos men-

cheviques. Todavia a revolução parecia abalado os operários politicamente mais atrasados e o vago radicalismo dos intelectuais era uma escola rudimentar para estes operários.

Deste modo o Conselho dos operários, soldados e camponeses significava o predomínio do elemento amorfo destes últimos sobre o proletariado socialista, e o do radicalismo intelectual sobre aquele mesmo elemento amorfo.

O edifício do soviétismo ganhou rapidamente uma altura gigantesca graças à participação dos intelectuais naquele trabalho, aproveitando para ele os seus conhecimentos técnicos e as suas relações com a classe média. Para nós, porém, era evidente que faltava ao edifício uma base sólida e que se desmoronaria ao iniciar-se a fase seguinte da Revolução.

## II

A revolução surgiu diretamente da guerra. A guerra foi também a escapatória de todos os partido e de todas as forças revolucionárias

Os chefes intelectuais tinham sido inimigos da guerra. Muitos deles, ainda que sob o czarismo, acreditavam-se solidários com a esquerda Internacional e figuravam entre os Zimerwaldianos. Donos do poder, porém, mudaram completamente. Fazer a Revolução socialista naquela época teria significado a ruptura com a burguesia russa e com a burguesia aliada. Mas, como já disse, a incapacidade dos intelectuais mesocráticos e dos intelectuais seus amigos, obrigou-os procurar a proteção dos liberais burgueses. Daqui o lamentável papel, verdadeiramente abafado, desempenhado pelo diretório mesocrático na questão da guerra, porque se limitou a queixar-se retoricamente e a fazer súplicas aos governos aliados, mas sem se afastar da política do liberalismo burguês. Nas trincheiras, os soldados não conseguiam compreender como iria mudar a guerra que sustentavam há três anos, pois não viam outra mudança além de certos indivíduos chamados socialistas revolucionários e mencheviques no governo de Petrogrado.

Miliukov sucedeu a Pokrovsky; Terestchenko a Miliukov. A perfídia burocrática, substituída pelo Imperialismo dos Cadetes via depois ocupado o posto por

um servilismo político nebuloso e desprovido de princípios. Nada disto implicava qualquer mudança objetiva e todos continuavam no círculo vicioso da guerra. Esta foi a primeira causa da dissolução do exército. Os agitadores revolucionários tinham dito que o governo dos czares enviava as massas ao matadouro, sem objetivo nem sentido claro das causas da luta, e os sucessores do czar não sabiam mudar o caráter da guerra, nem fazer a paz.

Nos primeiros meses da Revolução tudo continuou imutável. Os soldados impacientavam-se e os governos aliados davam sinais de irritação. Por isso aconteceu a ofensiva do primeiro de Julho. Os aliados exigiram-na e insistiram em que o novo governo cumprisse os compromissos contraídos pelo czar. Tementes da sua própria incapacidade e pelo crescente descontentamento das massas, os chefes e mesocráticos aceitaram sem vacilações os pedidos dos aliados, porque acreditavam que bastaria um ataque do exército russo para se realizar a paz. Pensavam que a ofensiva fosse a saída do labirinto, a resolução do problema, a esperança salvadora. Não se pode imaginar um ilusão mais falsa e mais criminosa. Na altura falava-se da ofensiva, como tinham falado os socialistas patriotas dos outros países quando começou a guerra, invocando a defesa nacional, os sagrados vínculos da nação etc. O internacionalismo Zimerwaldiano desvanecia-se como por encanto.

Para nós que constituíamos um partido de oposição era evidente que a ofensiva significava um passo terrivelmente perigoso e que podia estar na origem do fracasso da Revolução. Pedíamos com insistência ao governo que não cometesse o erro de enviar para a luta um exército que acabava de despertar e que ainda não percebia claramente a causa da tempestade revolucionária, pois para a luta era indispensável sugerir-lhe idéias novas e conseguir que as assimilasse. Das exortações passamos às admoestações e destas às ameaças. Os governantes, porém, subjugados pela burguesia, não tinham outro caminho senão o que esta lhes indicava e responderam declarando-se nossos inimigos e jurando-nos um ódio implacável.

(Extraído do livro "Como Fizemos a Revolução", Leon Trotsky)

## O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no Jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que esse livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

O Manual do Organizador foi escrito em novembro de 1977, para que os militantes do Partido pudessem perceber a necessidade de mudar a forma de encarar a militância em vários aspectos, principalmente como atuar com os contatos.

### **Manual do Organizador (Para um poderoso Partido) II - O que foi feito e o que devemos fazer agora c) A experiência do embate com os infiltrados foquistas**

A situação política adversa aberta em agosto de 1971 foi fatal para quase todas as organizações que se auto-reclamavam da revolução, assim considerada em abstrato. Como todos sabem, os grupos ultra-esquerdistas surgiram oferecendo fórmulas organizativas milagrosas e que — diziam — estavam destinadas a porem em pé partidos de massa da noite para o dia. Tudo isso se desvaneceu sem deixar a menor sombra, ao extremo de que os próprios articuladores dessas fórmulas mágicas já não se lembram mais delas. Quase todos estes grupos acabaram pulverizados: desapareceram como organizações e como programa.

Muitas delas poderiam ter se transformado em férreas organizações em conjunturas favoráveis, mas não resistiram ao choque entre a concepção política e a realidade.

Contrariamente, o POR suportou com êxito a prova dos acontecimentos. Os nacionalistas e foquistas acreditavam derrotá-lo infiltrando uma quinta-coluna. Com a consumação desse fato, a resposta política foi dada e não simplesmente administrativa, pois se

tratava de diferenças programáticas e não de simples problemas táticos/organizativos, essas apenas encobriam os graves desvios políticos. Depois de serem esgotadas as discussões, na medida em que todos os argumentos e idéias em luta haviam sido expostos com a devida amplitude, precipitamos a cisão, não sem antes havermos analisado o momento propício. A ultraesquerda bateu palmas acreditando que o POR desapareceria. Esta extrema e não casual miopia se explica pela orientação dos foquistas.

Para nós, tratava-se de ajustar política e organizativamente o Partido, para que correspondesse melhor à realidade em que estávamos vivendo. Para o nacional-foquismo, a questão não era outra que destruir o trotskismo a fim de suplantá-lo por um grupo voluntarista. O resultado está à vista de todos: o POR saiu da momentânea crise enormemente fortalecido, como programa, como organização, como quantidade, como qualidade.

A vitória do POR foi a vitória de seu programa, que não é remendo de nenhum outro documento, tampouco um amontoado de citações e de sínteses de textos dos clássicos; esse programa parte da análise e compreensão da realidade boliviana e expressa os objetivos históricos da classe operária, que só poderão ser materializados através dos métodos da revolução

proletária. Trata-se de um documento único e que só pode ser utilizado como ferramenta libertadora pela classe operária e seu partido; ninguém pode copiá-lo ou declamá-lo, sua efetivação exige o fortalecimento do Partido Revolucionário. Por seu programa e por sua estrutura organizativa, o POR é o único partido revolucionário na Bolívia. A perfeita sincronia com que enfrentamos os acontecimentos confirma o que sustentamos.

Nós nos impusemos sobre as perseguições, sobre a clandestinidade, sobre a crise interna; saímos fortalecidos do nefasto período gorila, enquanto tantos outros desapareceram... Tudo isto é verdadeiro, mas não fizemos a revolução proletária, nem chegamos ao poder. A grande linha política que nos conduzira à vitória está traçada e é com ela que formamos os quadros partidários e com que moldamos a estrutura organizativa, esta linha deverá ser, uma vez ou outra, ajustada conforme as mudanças da situação política.

Uma tarefa muito mais considerável está colocada diante de nós: transformar nossos métodos de trabalho e de organização para atuar como Partido de Massas e como direção política da nação oprimida, que não tardará em se colocar pela tomada do poder, retomando assim a tendência aberta com a Assembléia Popular.

# A ocupação do interior nordestino: Bandeirantes X Indígenas

A ocupação do interior nordestino veio com a expansão do gado, que se acelerou após a expulsão dos holandeses do litoral brasileiro, em 1654. Uma vez resolvido o problema, era o momento de expandir a pecuária bovina e ocupar novas terras interioranas. É nesse contexto que entram em cena os bandeirantes, a mando dos senhores do gado e de autoridades políticas. Os bandeirantes, nesse momento, gozavam de muito prestígio, pois continha no seu currículo: os melhores na arte de aprisionar e assassinar indígenas nos sertões do Brasil. Esse período deixou vivo nomes de bandeirantes como Domingos Barbosa Calheiros, Estevão Ribeiro Baião Parente e tantos outros. Alguns desses guerrearam, nesse período, contra indígenas nos sertões da Bahia durante quatro anos seguidos.

Já no final do século XVII, Domingos Afonso Mafrense, o Sertão, levantava fazendas de gado bovino em territórios que seriam piauienses. Bem antes da Carta-Régia da Coroa portuguesa proibindo a criação de gado bovino nas proximidades dos engenhos do Recôncavo baiano, datada de 1685, observou-se a partida do gado da Bahia subindo o rio São Francisco. O Mafrense chegou por aquelas bandas, pelo menos, 12 anos antes, e, por isso mesmo, encontrou os ín-

dios Pimenteiras e Acroás antes de todos, motivo que o teria levado, segundo muitos autores, a convidar Domingos Jorge Velho a adentrar o Piauí, que coincidiu com a bandeira de Matias Cardoso de Almeida que também lutava contra os indígenas do Ceará e do Rio Grande do Norte.

O óbvio é que o século XVIII foi para os indígenas dos sertões nordestinos, o mais atroz de sua história. Foi o século em que viram seu povo ser dizimadas pela força bélica do bandeirante exterminador. A caracterização social do Piauí, nesse meio século, é feita por individualismo. É um período anárquico, mas também do povoamento que ia atrás do devassamento bandeirante. Esse período também é movimentado pela luta entre posseiros e sesmeiros, sem nenhuma articulação entre os oprimidos, pois a briga entre esses grupos dominantes era por um local melhor adequado para instalar suas fazendas de gado (melhor adequado leia-se, próximos dos riachos e outras fontes de água). Havia ainda, a continuação da luta contra os índios, em especial contra os Gurguéias e os Longás, bem como contra todo e qualquer "índio invasor", entenda-se o indígena que tivesse no meio do devassamento que o bandeirante vinha fazendo em

nome do progresso do país. Assim sendo, a zona criatória de gado bovino se dividiu e expandiu sobre intenso conflito bélico. Em três grandes regiões, são elas: os sertões do Norte, a parte meridional das Minas Gerais e as planícies do Sul da Colônia. Ao Norte, a zona criatória ultrapassou o rio Parnaíba (que divide o atuais Estados do Piauí e Maranhão) chegando ao alto Maranhão, o território dos Pastos Bons (onde, diga-se de passagem, rapidamente a pecuária é substituída pela cultura do algodão, pois a demanda era muito grande. O produto era exportado para a Inglaterra, onde as indústrias têxteis proliferavam rapidamente). Para o lado Oeste, o limite da zona do sertão se fixou à margem esquerda do rio São Francisco; onde, até o momento a ocupação colonial ainda não se alastrara, e servia apenas de passagem às estradas que se ligavam à Bahia e a Minas Gerais. Toda esta vasta área que compreendia mais de um milhão de km quadrados, se destinou quase exclusivamente à criação de gado vacum para o abastecimento da densa população desta zona agrícola que se estende ao longo do litoral, desde a Paraíba até a Bahia, bem como do Maranhão, embora já ocupassem os centros mineradores das Minas Gerais.

## A morte do funcionário da ONU

Os ataques da resistência iraquiana levaram o alto comissário da ONU Vieira de Mello a falecer. Poucos dias depois, o aiatolá iraquiano colaborador da ocupação dos EUA morreu em outro atentado. Ambos expressam o impasse político da ocupação militar do Iraque pelos ianques. Os EUA têm insistido pela entrada da ONU no conflito, de forma a que a ocupação tenha uma fachada diplomática.

Ao mesmo tempo, Israel prossegue seus ataques às lideranças palestinas, que estão sendo obrigadas a reagir em situação adversa. Os grupos palestinos nacionalistas contam com o apoio de

parte importante da população, como atesta a manifestação de mais de 100 mil pessoas no enterro de uma liderança do Hamas assassinada por Israel.

A resistência dos grupos nacionalistas no Iraque, Afeganistão e Palestina não se constituem em meras ações de grupos foquistas. A ausência de uma direção revolucionária proletária, que se apóie na luta antiimperialista e anticapitalista, no armamento da população e num programa proletário internacionalista, cria condições para que a população oprimida se coloque ao lado dos grupos nacionalistas baseados nos atentados suicidas.

A impossibilidade de paz no Oriente Médio está dada pelas necessidades imperialistas de eliminar qualquer resistência nacionalista ao controle da principal fonte de matéria prima mundial, e pela resistência da população local. A sua solução depende da estruturação da luta antiimperialista e anticapitalista mundial. As bandeiras de retirada imediata das tropas imperialistas da região e de autodeterminação real (o que inclui o direito de se armar) ajudam a travar essa luta. A estruturação da luta antiimperialista em cada país é a outra condição, ligada à necessidade de construção do partido revolucionário.

**Nesta edição:**

- Não é possível uma nova educação no seio do capitalismo decadente
- Que educação colocamos e buscamos nós militantes poristas?
- Um Eco de Nosso Chamado a Fortalecer a IV Internacional
- É uma Vergonha que se Espalhe a Ilusão de que se Preservarão os Direitos Humanos na Sociedade capitalista, Que é uma Destruidora sem piedade da Natureza e do Homem.

Artigos do Cerqui  
**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



**Bolívia**

## **Não é possível uma nova educação no seio do capitalismo decadente**

A educação é reflexo das condições materiais nas quais vive o homem. Nesta etapa de crise mortal do capitalismo, não pode deixar de ser expressão da barbárie capitalista. A nova educação será produto da nova sociedade.

Em nenhum momento se deve esquecer que o fenômeno educativo reflete as condições materiais nas quais vivem os homens: o grau de desenvolvimento das forças produtivas (domínio do homem sobre a natureza) a que chegou a sociedade; reflete também as relações sociais de produção, os interesses das classes sociais que ocasionalmente estão em condições de dominação etc.

Nas sociedades classistas (divididas entre dominantes e dominados), a educação é sempre um instrumento de opressão a serviço dos poderosos. Através do Estado, que é um instrumento coercitivo para domesticar o conjunto da sociedade, planeja a cultura em geral e a educação em particular, para colocar em salvaguarda seus interesses materiais.

O acontecido com a burguesia, no desenvolvimento do capitalismo, é ilustrativo. Em sua etapa revolucionária, quando estava interessada em desenvolver as máquinas (revolução industrial) para ocupar os mercados do mundo com a grande produção maquinizada, lutou contra o clero para impor uma educação científica, laica e democrática (que já não fosse privilégio de poucos e sim que o alfabeto chegasse aos filhos de operários e camponeses porque necessitava de ho-

mens e mulheres que fossem capazes de escrever para colocar em funcionamento as novas máquinas).

Agora, em sua etapa de decadência, quando está interessada em acomodar a capacidade produtiva das máquinas e da força do homem (forças produtivas) a seu interesse de lucro; quando os mercados se encolhem cada vez mais; quando surgem grandes excedentes na produção, porque os mercados já não podem absorvê-los etc, a classe dominante se empenha em controlar a produção destruindo parte das máquinas e dos homens, por exemplo, nas aventuras bélicas que realiza no Oriente Médio.

Nesse marco de decadência do capitalismo, a educação é conduzida à barbárie e encontramos suas manifestações nas linhas mestras da Reforma Educativa atual: a privatização através da municipalização, a superespecialização do homem, convertendo-o em um cretino domesticado e com alta produtividade, a destruição da profissão docente (profissão livre) etc.

Aqueles que acreditam que nessas condições é possível realizar uma Reforma orientada a libertar o homem (o clero e reformismo em seu conjunto), que a atual reforma, com participação plena do professor pode conduzir a uma real transformação da educação, que a refor-

ma do Banco Mundial tem coisas boas e más (magistério rural) e que é preciso se limitar a desenvolver o que é bom e combater o que é mau etc, estão definitivamente equivocados e acabam servindo aos propósitos do imperialismo.

Nós consideramos que sim, nesse momento, corresponde lutar por uma nova educação, mas não nos acomodando à reforma imperialista – que não é outra coisa que a degradação e destruição da educação – e sim orientada a acabar com o capitalismo e sua crise. Sem abandonar um milímetro nossa concepção materialista, postulamos que A NOVA EDUCAÇÃO SERÁ PRODUTO DA NOVA SOCIEDADE, não para as calendas gregas e sim agora, neste momento em que o capitalismo agoniza e empurra o conjunto da sociedade à barbárie. A luta por destruir o sistema social vigente passa pela necessidade de lutar pela transformação da educação.

Aqueles que não colocam dessa maneira o debate educativo acabam como colaboradores da Reforma imperialista e se encontram nessa postura os dirigentes sindicais reformistas que acodem entusiasmados aos “seminários” que convoca o governo.

(extraído do jornal Masas boliviano, nº 1868, de 22/08/2003)

**Voz da Universidade Popular "César Lora"**

# Que educação colocamos e buscamos nós militantes poristas?

## O problema e o momento em que vivemos

O problema da educação é a formação do homem humanizado, como expressão da natureza em transformação constante, do conhecimento de suas leis e da participação e sua evolução constante.

O homem tem de se formar participando diretamente com seus sentidos no conhecimento da natureza, o que equivale dizer atuando em sua transformação.

A ordem social burguesa, o capitalismo, se encontra em plena destruição, falência. Sua consequência no campo educativo é converter a escola e universidade em instrumentos para bestializar

o homem, para deshumanizá-lo. A barbárie avança rapidamente como resultado do atraso que sofre a revolução social. Constatamos que universidade e escola se converteram nas maiores trincheiras da barbárie, da bestialização do homem.

## A resposta

Para humanizar o homem, para lhe permitir que participe no processo de conhecimento e transformação da natureza, a educação deve ser arrancada das garras da burguesia metida no processo de autodestruição. Queremos dizer que a revolução educativa é inseparável do processo de revolução da ordem social burguesa.

Deve desaparecer a separação da

educação, da formação do homem, da natureza e de sua constante evolução e transformação.

Isso quer dizer que a escola deve voltar à natureza, ao processo de seu conhecimento, ou seja, de suas leis.

O capitalismo separou a educação da evolução da natureza. Ao separar meios de produção da força de trabalho (proletário), separou a teoria (convertida em propriedade da burguesia) da prática, do trabalho que mecaniza, bestializa a produção.

Agora é preciso unir a teoria e a prática, ou seja, sepultar o capitalismo.

(extraído do jornal Masas boliviano, nº 1868, de 22/08/2003)

**Internacional:**

# Um Eco de Nosso Chamado a Fortalecer a IV Internacional

Reproduzimos parágrafos da Carta enviada ao Partido Operário Revolucionário da Bolívia pelo Grupo Bolchevique Internacionalista de 16 de Julho:

"... é de conhecimento geral a constituição do Partido Operário Revolucionário na Bolívia e o papel de vanguarda que ele jogou na revolução boliviana de 1952, forjando o "Programa de Pulacayo" um exemplo para o proletariado em nível internacional, da mesma forma que a revolução boliviana de 1952 que caracterizamos como uma típica revolução proletária, como a russa de 1917."

"Agora, avaliamos que é correto dizer que o proletariado em nível mundial se encontra em uma encruzilhada, revolução internacional ou barbárie capitalista, mas lamentavelmente os centristas e os falsos trotskistas somente estão preocupados com seus "quintais" nacionais, privilegiam e se consideram o farol a nível nacional, especialmente os morenistas argentinos."

"É por isto que a discussão sobre a Quarta internacional tem de jogar um

papel central na discussão como propõem a matéria escrita no Jornal "Masas" Boliviano nº 1862, mas também avaliamos necessário discutir os balan-

ços sobre a Quarta, e lutar para manter os elos de continuidade do marxismo revolucionário, que tanto o estalinismo quanto o pablismo negaram ao longo das últimas décadas."

"Por isto, camaradas, estamos de acordo com o chamado feito no Jornal "Masas" boliviano, e achamos interessante, seguindo a essência do chamado, fincar de forma urgente um debate sobre elas."

"Camaradas não queremos nos estender mais nesta carta, mas seria bom pensarmos um método de discussão e um temário para a mesma, para que possamos iniciá-la o mais cedo possível."

"Um Abraço Comunista"

"Grupo Bolchevique Internacionalista".

"Julho de 2003"

(extraído do Masas Boliviano nº 1868 de 22/08/2003)

## 68 AÑOS DE VIDA Y LUCHA INCLAUDICABLE



P  
O  
R

ACTO DE HOMENAJE AL 68 ANIVERSARIO DEL P.O.R.

Orador principal: G. LORA

Viernes 27 de Julio 2003  
Casa Social del Muestre  
Hora: 19:00

CON EL P.O.R. AL SOCIALISMO

PAG. 11

MASAS 1868

**Bolívia:**

## **É uma Vergonha que se Espalhe a Ilusão de que se Preservarão os Direitos Humanos na Sociedade capitalista, Que é uma Destruidora sem piedade da Natureza e do Homem.**

Os que vivem a espalhar sem trégua sua mentira venenosa pregam ser porta-vozes dos direitos humanos, propagandizam em alto som que está em suas mãos o objetivo de alcançar a paz social, tendo um amplo acordo a respeito. A Igreja já se adianta em seus trâmites, mas já dizem que se orientarão a selar um acordo com as grandes potências.

Essa confissão grave por parte dos Direitos Humanos e da Igreja nos mostra que seu objetivo é procurar conquistar esses direitos sem recorrer à violência. A ordem social burguesa supõe a existência de classes sociais e nacionalidades oprimidas e opressoras, exploradas e exploradoras. A Luta de Classes (que supõe a violência legalizada ou não) é a expressão das leis da

história, do desenvolvimento e transformação da sociedade.

A sociedade burguesa está assentada nas baionetas, na violência, a constituição e o ordenamento jurídico se limitam a consagrar esta violência.

Na atualidade a violência conhece expressões que se confundem com a acelerada destruição física do homem, começando com a superexploração no trabalho até a morte nas mãos das forças repressivas, ainda que legalizadas. Para alcançar a liberdade e o respeito pelas pessoas temos que usar da violência e consumir a revolução social

(extraído do Masas Boliviano n° 1868, de 22/08/2003)

## **O MAS está Condenado a se Converter em Lacaio dos Governos Burgueses**

Isto pouco importando se eles forem fascistas-policialescos ou se se apresentarem disfarçados de democratizantes.

Os partidários do MAS formam um partido de pequenos proprietários (tanto faz se das comunidades primitivas ou das propriedades microscópicas). Esse fato determina que seus objetivos centrais giram ao redor da conservação de suas propriedades ou, no melhor dos casos, do aumento de suas dimensões. Neste ponto de vista, o MAS pode ser chamado de um partido estritamente camponês e se alguns elementos oportunistas e mal intencionados se integraram a ele, é porque se abrem as perspectivas de carreirismo político, traço que se observa com frequência no campo da politicagem. Por outro lado, aqui está a diferença no plano da finalidade estratégica e que gera as medi-

das táticas que se tomam cotidianamente, por exemplo, entre o proletariado (que não é proprietário em nenhuma medida dos meios de produção, que é só força de trabalho) e o campesinato e as nacionalidades nativas subjugadas. A história ensina que muitas vezes os camponeses em sua luta heróica acabam apoiando partidos que os oprimiam, às vezes dominados por latifundiários (na revolução federal os oprimidos do campo derrotaram o governo da época apoiando "Tata Pando", um fazendeiro de Luribay e que encarnava o Partido Liberal; mais tarde firmaram um pacto com o General Barrientos). No caso do MAS existe um agravante, pois sua direção engloba traficantes que almejam ser muito ricos.

(extraído do Masas Boliviano n° 1867, de 15/08/2003)

**Uruguai**

## **Governo de Batlle se encontra em uma grave crise**

### **Hospitais públicos tomados e greve geral**

*O protesto dos sindicatos da saúde já ultrapassa os 16 dias. Pedem aumento de salário. O governo diz que não há recursos e que a prioridade é de equilibrar as contas. Como represália, os trabalhadores organizaram a greve geral.*

A saúde pública uruguaia entrava, no dia 22 de agosto, no seu 16° dia de greve ininterrupta. A greve foi iniciada contra os baixos salários, que não atingiam os 200 dólares mensais e contava com pelo menos 5 hospitais tomados pelos trabalhadores, milhares de servidores públicos e médicos parados reivindicando melhorias salariais.

Este quadro foi agravado por uma paralisação de 24 horas convocada pelo Plenário Intersindical dos Trabalhadores - Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT), uma das centrais sindicais do país. Decidiu ainda realizar atos nos cinco hospitais ocupados, quatro em Montevideo e um na Cidade da Costa.

Atado às exigências do FMI e imerso numa economia que no ano passado se contraiu 10,8%, o governo de Batlle enfatizou que a prioridade do governo é o equilíbrio das contas do Estado e que não existe dinheiro para oferecer aos grevistas.

O governo ameaçou a Federação dos Funcionários de Saúde Pública que, se esta ocupasse mais algum hospital, o governo romperia o diálogo e aplicaria uma declaração de "quebra de serviço essencial", o que permitiria a retomada do controle dos hospitais, onde só são atendidas as urgências.

Se o governo tomar essa decisão, poderia ocorrer uma desocupação por parte da polícia dos centros sob controle dos trabalhadores.

O Sindicato dos Médicos demonstra que sua luta é justa. Afirma que, do total do dinheiro aplicado à saúde, 1,1 bilhão de dólares, ou seja, aproximadamente 9% do PIB, somente um quarto, aproximadamente 275 milhões de dólares por ano, são aplicados no setor público.

(extraído do Masas Boliviano n° 1868 de 22/08/2003)